



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

QUADRO SÍNTESE DE AUDIÊNCIA

ENTIDADE	DEPUTADOS PRESENTES	DATA DA AUDIÊNCIA	CONTATOS
Comissão de Acompanhamento das Obras de Requalificação do IP2 no Concelho de Castro Verde <ul style="list-style-type: none">• António Jerónimo (Freguesia de Entradas)• António João Colaço (Câmara Municipal de Castro Verde)• Carlos Contreiras (Associação de Agricultores do Campo Branco)• Sónia Fragoso (Liga para a Proteção da Natureza)• Ernesto Fialho (Agricultor)• Marco Batista (Proprietário do Posto de Abastecimento de Combustíveis)	<ul style="list-style-type: none">➤ Vice-Presidente Virgílio Macedo (PSD)➤ Deputado António Costa Silva (PSD)➤ Deputada Nilza de Sena (PSD)➤ Deputado Pedro Coimbra (PS)➤ Deputado Hugo Costa (PS)➤ Deputado António Cardoso (PS)➤ Deputado Pedro do Carmo➤ Deputado Heitor de Sousa (BE)➤ Deputado Hélder Amaral (CDS-PP)➤ Deputado João Ramos (PCP)	28 de março de 2017 Gravada	
Exposição de Motivos	Questões colocadas pelos Deputados		
<ul style="list-style-type: none">➤ Os representantes da Comissão de Acompanhamento lembraram que em 2004 tinham começado as conversações com a então Estradas de Portugal, em 2009 foi enviado ao município de Castro Verde o projeto de obras, questionaram depois a Infraestruturas de Portugal (IP) sobre algumas questões desses projetos, nomeadamente as acessibilidades a explorações agrícolas e os acessos à freguesia de Entradas, que estavam previstos como sendo feitos de forma desnivelada, ficando algumas casas praticamente enterradas junto a esses acessos. Esclareceram que não se opunham à existência desse tipo de acessos, mas não construídos nesse local. Informaram também que em 2010 tinha sido enviado um novo projeto para o nó sul de Entradas, deslocalizando-o um	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputada Nilza de Sena (PSD) – após cumprimentar os representantes da Comissão de Acompanhamento, afirmou que o tema não era novo, que a situação tinha vindo a lesar significativamente a população de Entradas e de Castro Verde, e que o PSD estava sensibilizado para a questão. Expressou indignação com a gestão do processo pela IP, lembrou que o seu grupo parlamentar tinha apresentado um projeto de resolução sobre a matéria nesse mesmo mês, recomendando ao Governo que intercedesse na IP para que os concessionários repusessem os acessos interrompidos. Referiu ainda a votação, na sexta-feira anterior, de um projeto de resolução do PCP sobre esta matéria, a favor do qual o PSD votou mas o PS tinha votado contra. Concluiu, questionando quais eram os passos seguintes e se sabiam se algo estava a ser feito pela IP ou pela concessionária.		

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

<p>pouco mais para norte, solução com a qual concordavam, mas a construção desse nó nunca se iniciou. Quanto ao nó norte de Entradas, afirmaram que sempre discordaram da sua anulação, porque existe aí perto um posto de combustível que iria ser muito prejudicado pelo corte deste nó.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Finalmente, o projeto foi retomado em 2015, tendo sido afirmado que seriam terminadas apenas as obras que estavam iniciadas, o que implicava nada fazer nos nós de acesso a Entradas.➤ Afirmaram que sempre estiveram disponíveis para tentar arranjar soluções, na altura tinham sugerido à IP a construção de uma zona de aceleração no separador central que existia no acesso ao IP2, não tendo obtido qualquer resposta.➤ Em setembro de 2016 foram fechados os acessos ao IP2 que havia num caminho paralelo em Entradas. Na altura, reuniram com a IP e ficaram se saber se era esta que estava a conduzir a reunião ou se era a concessionária.➤ O nó de acesso a Entradas foi fechado no sentido Sul/Norte, o que levanta questões de segurança rodoviária e diminuiu muito o acesso de clientes ao posto de abastecimento que aí se situa, que viu diminuída a afluência em 80%, sendo o único posto de abastecimento entre Évora e a A1, num espaço de 120 km.➤ Informaram que em 13 de março de 2017 reuniram com os Deputados eleitos pelo círculo de Beja, para conhecimento da situação.➤ Concluíram afirmando que já tinham recebido um ofício da IP a manifestar a sua disponibilidade para reunir com a Comissão de Acompanhamento.	<ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Hugo Costa (PS) – após cumprimentar, afirmou que o PS estava sensibilizado para as preocupações das populações, que o assunto estava a ser acompanhado pelo Deputado do PS eleito pelo círculo de Beja e que o PS iria apresentar um projeto de resolução sobre o IP2 e a forma como se pretendia resolver o problema desta via de comunicação.➤ Deputado Heitor de Sousa (BE) – começou por cumprimentar os presentes e referiu a questão da capacidade da IP para gerir todas as suas competências, tendo criticado a fusão da Estradas de Portugal com a REFER, originando a IP, operada pelo Governo anterior, o que gerou falta de capacidade de resposta por parte da empresa pública que gere todas as infraestruturas. Manifestou a sua surpresa, porque este tipo de situações se repete com frequência, tendo-se disponibilizado para contribuir para que a resolução aprovada na semana anterior tivesse efeitos junto do Governo.➤ Deputado Hélder Amaral (CDS-PP) – depois de cumprimentar os representantes da Comissão de Acompanhamento, referiu a atuação do Governo anterior para tentar financiamento para estas obras, fez referência ao estado de necessidade que se tinha vivido nessa altura e realçou a importância do fechamento destes nós e o impacto dessa obra na resolução de muitos problemas.➤ Deputado João Ramos (PCP) – cumprimentou os presentes, referiu a unanimidade nesta matéria na Assembleia da República e lembrou que o IP2 estava à espera de ser construído na sua totalidade havia 35 anos. Considerou que o problema atual não estava desligado da paragem da obra em 2011, por problemas com a concessionária. Referiu que o IP2 tinha um conjunto de problemas graves, nomeadamente de segurança rodoviária, em particular nas rotundas em torno de Beja. Defendeu que, se havia autoestradas a mais no país, certamente não era no distrito de Beja. Criticou a atitude da concessionária, que fechava acessos a umas propriedades agrícolas mas mantinham os acessos a outros. Questionou sobre a existência de sinalização no IP2 que proibia a circulação de veículos agrícolas e sobre soluções técnicas que não permitem a entrada nas vias. Concluiu, referindo o
---	---

Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

	<p>projeto de resolução do PCP e uma pergunta que este grupo parlamentar tinha feito ao Governo, ainda sem resposta.</p> <ul style="list-style-type: none">➤ Deputado Pedro do Carmo (PS) – cumprimentou os presentes, lembrou que as obras tinham estado paradas durante 4 anos, com graves implicações na segurança rodoviária, informou que já tinha feito uma pergunta ao Governo sobre a situação do IP2 e solidarizou-se com a Comissão de Acompanhamento.➤ Deputado António Costa Silva (PSD) – cumprimentou os presentes e questionou se os problemas de financiamento da concessionária não tinham começado em 2010, lembrou a causa da paragem das obras, a situação de bancarrota a que o país foi levado, e que a consequência tinha sido uma pesada crise que o país tinha sofrido. Considerou que a questão era a desigualdade de uns em relação aos outros no que tocava aos acessos e que a situação era uma aberração. Fez ainda referência a <i>outdoors</i> do PS, em 2014 e 2015, nos quais afirmava que ia concluir o IP2. Lembrou que parte significativa do IP2 tinha sido concluída pelo Governo da altura e afirmou não perceber como é que o partido agora no poder não tinha votado a favor do projeto de resolução do PCP na semana anterior.
Respostas às questões dos Deputados:	
<ul style="list-style-type: none">➤ A Comissão de Acompanhamento referiu que no dia 6 de fevereiro tinha havido uma reunião com a comissão de defesa das florestas, que integrava autarquias, bombeiros, GNR, PSP, REN e representantes da IP e, na altura, foi questionada a IP sobre o que iria acontecer quanto ao acesso dos veículos de combate aos incêndios, que se fazia por ali. Referiu também a questão de acesso a alguns montes isolados na zona. Referiu que a Liga para a Proteção da Natureza tinha desenvolvido uma ação importante em Entradas e agora o acesso fica a cerca de 18 km e quis saber, em caso de incêndio do outro lado da ribeira, como se chegava lá.➤ Afirmou que os trabalhos que se tem feito agora não são planeados. Deu como exemplo o facto de na via alternativa que se estava a construir terem sido colocadas 4 manilhas na canalizar a ribeira, cerca de 15 dias antes, e nesse momento já estavam entupidas.➤ Informaram que iam agendar uma reunião com a IP, porque pretendem fazer parte da solução. Lembrou que em tempos tinham apresentado uma proposta de deslocalização da passagem aérea um pouco mais para norte e agora ficaram a saber que não podia ser aditada, por isso pretendiam apresentar aquela que achavam ser a solução imediata e com poucos custos.	



Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas

- Em seu entender, a IP revela falta de vontade em falar com as autarquias e as populações locais. Defenderam a necessidade de abrir novos acessos ao IP2.
- Referindo-se à sinalização de proibição, informaram que esta estava colocada à saída de Entradas e de Castro Verde. Como para esta via de comunicação ser considerada um itinerário principal tem de haver saídas e entradas de localidades desniveladas, o que não existe neste momento, questionaram a legalidade da colocação dessa sinalização.

Deputado Fernando Virgílio Macedo
Vice-Presidente da Comissão